

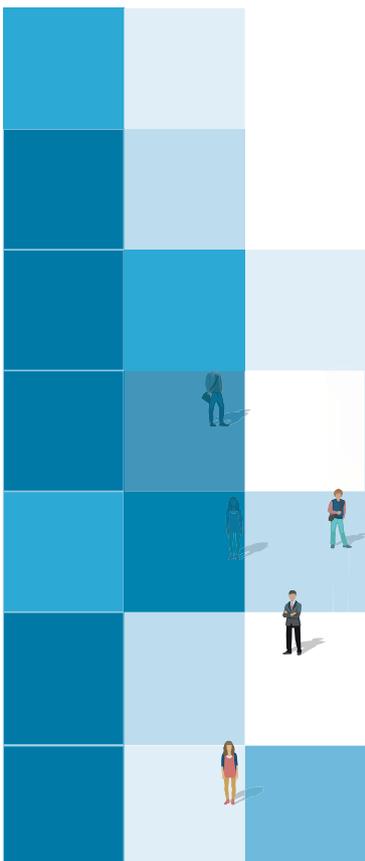
AGENDA

SÃO PAULO PODE MAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática





AGENDA

SÃO PAULO PODE MAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA

Em seus 19 anos de atuação, o Instituto Sou da Paz sempre dedicou um olhar prioritário ao estado de São Paulo, sede do Instituto, cuja população de números superlativos lhe confere grande relevância nacional. São Paulo também apresenta a melhor experiência brasileira na redução de homicídios. Se em 1999 a taxa de homicídios no estado era de 35,2 mortes para cada 100 mil habitantes, em 2017, foi possível celebrar uma redução de mais de 78% nos casos, com a taxa se estabelecendo em 7,5 casos para cada 100 mil habitantes¹.

Boas práticas precisam ser comemoradas e consolidadas. Entretanto, ainda são muitos os desafios que São Paulo deve enfrentar para oferecer mais segurança à sua população. É fundamental buscar a contínua melhoria

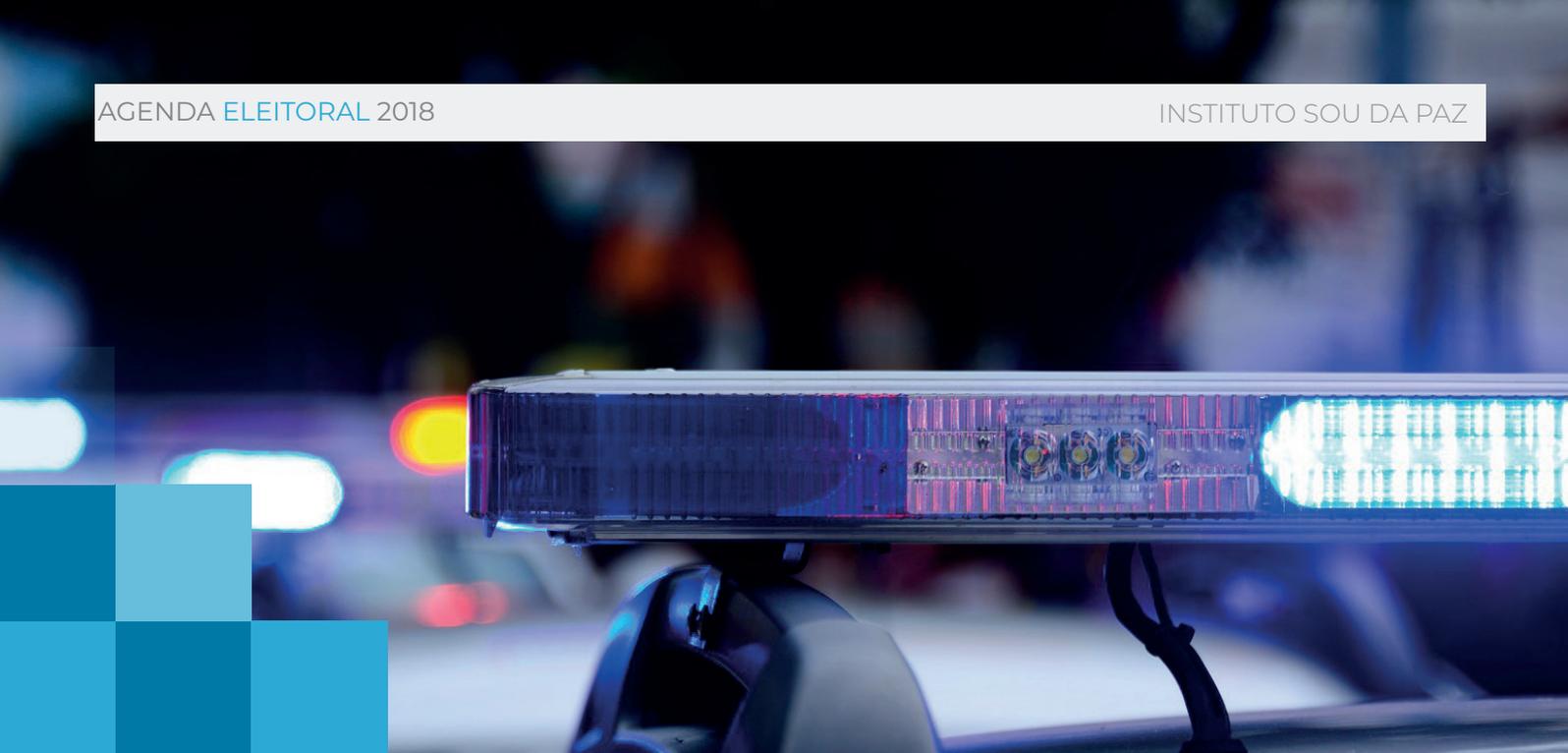
da atividade policial, assim como da relação das polícias com a comunidade. É também imprescindível aprimorar a gestão do imenso sistema penitenciário paulista e, não menos importante, desenvolver políticas públicas perenes voltadas aos jovens e a prevenção da violência.

À luz deste contexto, o Instituto Sou da Paz apresenta um conjunto de propostas sobre a segurança pública paulista que esperamos ver debatidas, aprimoradas e implementadas pelo(a) vencedor(a) do pleito de outubro de 2018. As medidas recomendadas são fruto de estudos técnicos, realizados pelo Sou da Paz e outras organizações, e levam em consideração os pareceres de profissionais da segurança pública paulista colhidos entre fevereiro e junho de 2018. São abordados os eixos prioritários a seguir:

05	01 - Atividade Policial
12	02 - Gestão da Política de Segurança
18	03 - Controle de Armas e Munições
20	04 - Crime Organizado
21	05 - Sistema Prisional
22	06 - Políticas Públicas de Prevenção da Violência

Como tem feito desde a sua fundação, o Instituto Sou da Paz mantém sua disposição em colaborar amplamente com o governo eleito na melhoria da segurança pública de São Paulo, sempre balizando nossa atuação no respeito à democracia, à justiça social e aos direitos humanos.

¹Dados Estatísticos do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>



ATIVIDADE POLICIAL

1) Valorização profissional dos policiais

No estado de São Paulo, o salário base da Polícia Militar não tem acompanhado a reposição da inflação anualmente, e o salário de delegados da Polícia Civil é um dos piores do país². É essencial garantir uma remuneração adequada para policiais, e fomentar seu desenvolvimento profissional, não só pelo risco e importância das atividades desempenhadas, mas também para atrair e manter o melhor quadro de profissionais nas corporações policiais.

²Vide tabela comparativa atualizada pelo Sindicato dos Delegados do Estado de São Paulo em outubro de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/4jPLMo>

Propostas



Cumprir anualmente a reposição salarial para garantir a recomposição de perdas da inflação das carreiras policiais na referida data-base estabelecida na lei 12.391/2006³ sobre a remuneração dos servidores públicos.



Aprimorar o planejamento orçamentário para prever aumentos reais aos servidores da segurança pública durante o próximo mandato.

2) Investimento na estrutura e recursos humanos da Polícia Civil

A Polícia Civil do Estado de São Paulo enfrenta desafios significativos em relação ao seu efetivo, orçamento⁴ e capacidade de trabalho, incluindo o envelhecimento e falta de reposição dos seus quadros. Este cenário traz graves consequências para a segurança pública, na medida em que é impossível produzir bons resultados apenas com policiamento ostensivo. O combate efetivo ao crime e à violência depende de atividades investigatórias robustas.

Propostas



Reorganizar a lei orgânica da Polícia Civil visando reduzir e racionalizar o número de carreiras existentes, aprimorar a gestão de recursos humanos e melhorar a remuneração das carreiras da Polícia Civil.



Repor imediatamente ao menos 15% do efetivo, priorizando as carreiras de delegados, investigadores e escrivães, já que a defasagem de cargos vagos atingiu em 2018 aproximadamente 25% do total de cargos⁵.

³<https://goo.gl/wtrNrx>

⁴A participação do Orçamento da Polícia Civil no total destinado a Segurança Pública caiu de 21 para 19%, no período de 2014 para 2018, segundo dados da Secretaria da Fazenda do estado

⁵Sindicato de Delegados de Polícia em São Paulo. Disponível em: <https://goo.gl/BhRCbD>



Normatizar processos e modernizar a gestão da Polícia Civil, com procedimentos padronizados e informatizados, bem como modernizar estrutura física das unidades e equipamentos.



Finalizar a implantação do Inquérito Eletrônico e sua integração com o Judiciário em todo o estado de São Paulo.



Inibir iniciativas que busquem realocar a gestão das polícias Militar, Civil e Técnico-científica para secretarias diferentes, o que dificulta ainda mais a necessária integração e cooperação entre as Polícias paulistas.

3) Investigação de homicídios

A redução da violência letal em São Paulo demanda, além de políticas efetivas de prevenção e repressão, o fortalecimento da investigação de homicídios – tanto para retirar criminosos perigosos de circulação, como para dissuadir novos crimes e mortes pelas mãos de justiceiros. Pesquisa lançada pelo Instituto Sou da Paz em novembro de 2017 revelou que, em 2015, pouco mais de 38% dos homicídios dolosos ocorridos naquele ano foram esclarecidos em São Paulo.

Propostas



Garantir a disponibilidade ininterrupta de equipes completas (delegado, investigadores e peritos) de atendimento de local de crime para chegada célere a todas as regiões do estado.



Fortalecer e descentralizar as perícias, ofertando mais equipamentos e recursos materiais e humanos para que os laudos sejam realizados com mais agilidade e precisão, seguindo protocolos e melhores práticas. Por exemplo, é preciso implantar microscópicos eletrônicos, bancos de dados e softwares de comparação balística nos núcleos de balística do estado.



Priorizar em todo o estado o cumprimento de mandados judiciais de pessoas acusadas de homicídios.



Implantar câmaras técnicas de investigação de homicídios nas áreas com maiores taxas, envolvendo Ministério Público, Polícias, Poder Judiciário e Defensoria Pública para otimizar o fluxo de informação e o processamento.

4) Abordagem policial

A abordagem é uma estratégia central de atuação das instituições policiais em todo o mundo, se configurando como ação de caráter preventivo e repressivo. Entretanto, a supervisão das abordagens policiais é limitada, e eventuais abusos cometidos durante sua execução abalam a confiança da sociedade na Polícia Militar.

Propostas



Adotar metodologia de supervisão que pressuponha uma melhor coleta de dados sobre abordagem (a partir dos tablets de viatura) – abrangendo o tipo de abordagem, a motivação de parada, o perfil do abordado e os resultados alcançados.



Melhorar o treinamento e cumprimento dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) de abordagem, sobretudo com vistas a melhorar a comunicação entre policial e abordado.

5) Uso da força letal

Apesar de avanços pontuais, a letalidade policial continua sendo um problema sério em São Paulo. Policiais em serviço e fora de serviço foram responsáveis por 20% das mortes violentas intencionais do estado em 2017 e 33% das mortes da capital.⁷

Propostas



Monitorar o cumprimento de procedimentos operacionais e administrativos adotados por policiais em caso de morte ou lesão grave, incluindo as Resoluções SSP-05/2013⁸ e SSP-40/2015⁹ que disciplinam o pronto atendimento prestado às vítimas fatais e a apuração das ocorrências.



Analisar a adequação dos procedimentos de uso de força rotineiramente, a exemplo do programa de Estudo de Caso de Ocorrência de Alto Risco da Polícia Militar (ECOAR). Após cada ocorrência com resultado morte, os policiais envolvidos devem compartilhar informações sobre os níveis de força utilizados, a situação em que o conflito armado se deu, eventuais problemas na aplicação dos procedimentos e demais dados relevantes.



Uniformizar o procedimento de investigação das mortes decorrentes de oposição à intervenção policial, garantindo que passos investigativos mínimos sejam seguidos pelos policiais civis e promotores do júri.

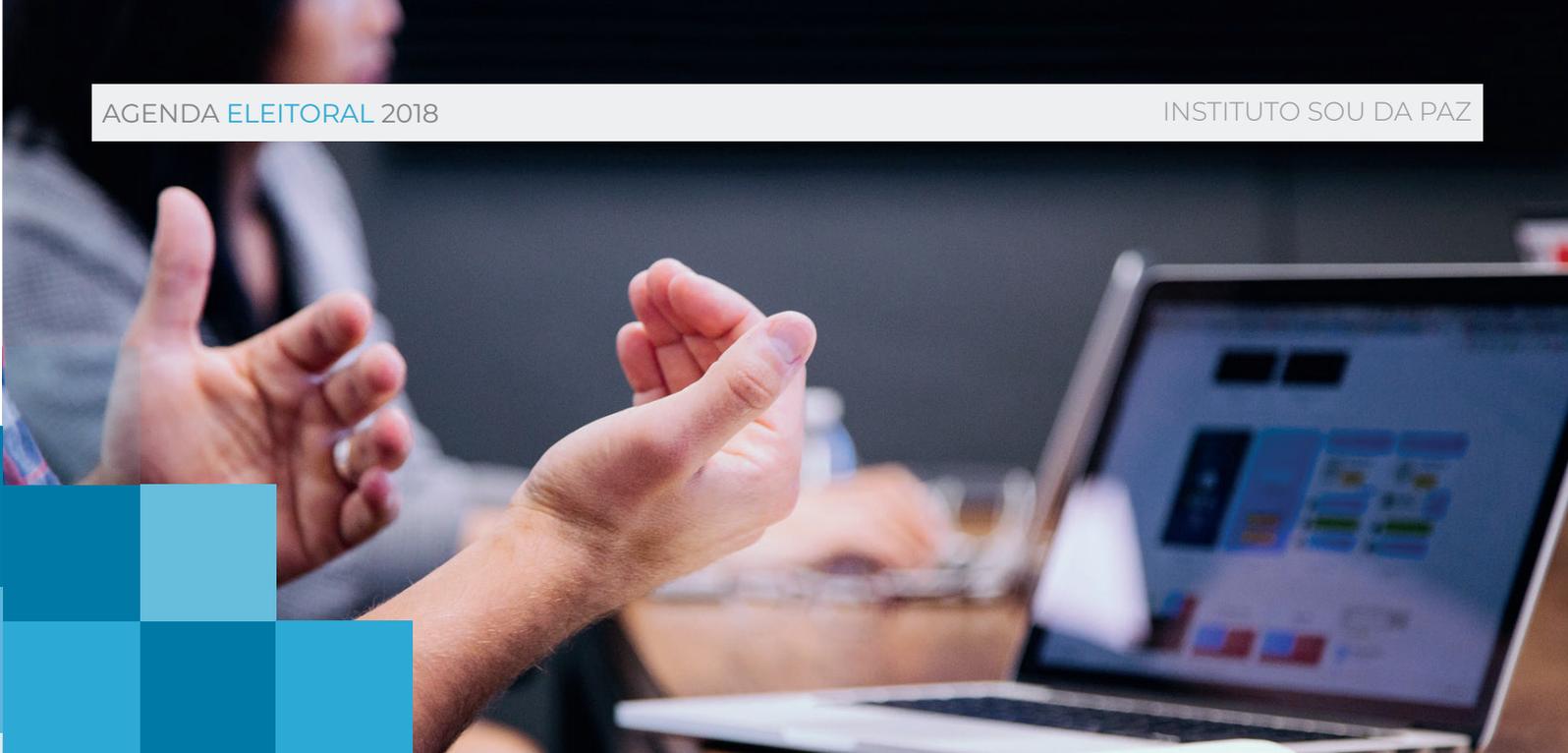


Publicar informações sobre os batalhões envolvidos nos casos de morte decorrente de oposição à intervenção policial, bem como as eventuais punições ligadas a estas ocorrências.

⁷Boletim Sou da Paz Analisa, 2017, Disponível em: <https://goo.gl/Upt4Wf>

⁸<https://goo.gl/tuSWzn>

⁹<https://goo.gl/7DHQyk>



GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA

1) Transparência e produção de dados

O estado de São Paulo é pioneiro na produção e divulgação de estatísticas criminais periódicas. Desde 1995, a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP) divulga dados trimestrais desagregados por crime, tipo de atividade policial e região. Entretanto, o órgão responsável pela gestão das informações e estatísticas criminais do estado de São Paulo, a Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP), vinculada à SSP, está desde 2015 sem coordenação.

Propostas



Fortalecer a capacidade de produção e análise de dados da CAP através da sua estruturação institucional, com ampliação de equipe, contratação de profissionais qualificados para a gestão e análise de informações criminais e a designação de um(a) coordenador(a) que, preferencialmente, não seja policial para evitar disputas entre as instituições.



Integrar o sistema de Registro de Ocorrências Digitais (RDO), operado pela Polícia Civil, e o sistema de Gestão Digital de Laudos (GDL), operado pela Polícia Técnico-Científica, como forma de proporcionar maior agilidade e economia ao procedimento de comunicação entre delegacias e órgãos de perícia.

2) Modernização tecnológica

A tecnologia vem sendo utilizada pelas polícias do mundo todo para superar limitações orçamentárias, melhorar a eficiência e auxiliar na prevenção e combate ao crime. O estado de São Paulo tem projetos relevantes no uso da tecnologia na segurança pública, como a produção digital dos boletins de ocorrência (RDO) e mapeamento destes pelo infocrim. Por outro lado, o sistema Detecta, anunciado durante a campanha do candidato Geraldo Alckmin em 2014, que prometia detectar, prevenir e reduzir crimes¹⁰ no estado de São Paulo, até hoje não foi totalmente implantado, apesar do investimento de ao menos R\$ 30 milhões¹¹. Em análise realizada em 2017, o Tribunal de Contas do Estado constatou que o Detecta não operava com todas as funcionalidades previstas em contrato e que, até então, não havia produzido os resultados esperados.

¹¹“Relatório de Fiscalização de Natureza Operacional – Solução de Consciência Situacional – DAS ‘Detecta’”, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, TCA nº 17.941/026/2015. Disponível em: <https://goo.gl/ewCvDM>

Propostas



Garantir que todas as unidades policiais de São Paulo tenham a infraestrutura necessária para usufruir plenamente do Detecta e concluem o treinamento de policiais responsáveis pela sua utilização.



Acelerar a interligação do sistema Detecta ao maior número de câmeras e radares nos municípios do Estado.

3) Sistema de bonificação por resultados

O estado de São Paulo conta com o Programa Bonificação por Resultados – São Paulo contra o Crime, política de gestão orientada por resultados na segurança pública. O programa estabelece metas mensais conjuntas referentes à letalidade violenta, roubos e furtos de veículos e demais roubos para as Polícias Civil, Militar e Técnico-científica, de forma a estimular o planejamento e trabalho integrado entre as polícias. Entretanto, atualmente há transparência limitada em relação ao cálculo das metas, pagamento de bonificações, e aplicação dos fatores de redução, entre outros aspectos, o que limita a possibilidade de monitorá-lo, impossibilitando uma análise mais técnica e qualificada sobre sua efetividade e a proposição de mudanças e melhorias.

Propostas



Retomar as reuniões mensais de acompanhamento do programa com participação do secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, demonstrando a prioridade política das atividades.



Desenvolver mecanismos de auditoria interna e externa minimizando riscos de eventuais desvios nas informações produzidas (gaming).



Tornar obrigatória a aplicação do fator de redução da letalidade policial quando houver aumento em relação ao mesmo período do ano anterior.

4) Revisão de métricas de produtividade das polícias

O programa de gestão para resultados na Segurança Pública em São Paulo, implantado em 2014, trouxe importantes avanços ao criar metas para monitorar e avaliar o trabalho policial. No entanto, parte importante do trabalho das Polícias Militar e Civil ainda é medida a partir de indicadores operacionais e não pelo impacto do policiamento na criminalidade. O mero aumento destes números nem sempre traz como consequência maior segurança para a população. É perfeitamente possível aumentar dados de abordagens, sem que isto gere mais prevenção criminal. É necessário descontinuar gastos comprovadamente ineficientes e orientar o trabalho das polícias pelos resultados práticos alcançados, assim como por indicadores de produtividade que se relacionam diretamente com a redução de indicadores criminais – em especial crimes violentos.

Propostas



Ajustar metodologia de coleta e avaliação de indicadores para cada polícia, trazendo escolhas mais atinentes à atividade-fim e peculiaridades de cada instituição, como por exemplo taxas de esclarecimento por crime na Polícia Civil, a qualidade de laudos produzidos pela Polícia Técnico-científica, entre outros. Contemplar também coleta de indicadores sobre percepção dos cidadãos e satisfação com os serviços oferecidos.

6) Violência contra a mulher

Os dados indicam que as mulheres são as vítimas preferenciais nos casos de violência doméstica e violência sexual. Cerca de 9,2 mil mulheres são ameaçadas ou agredidas no estado todo mês.

Quase nove em cada 10 vítimas de estupros na capital paulista são mulheres. As ocorrências de estupro têm subido de forma praticamente contínua no estado desde meados de 2015 e atingiu em 2017 mais de 11 mil ocorrências¹².

Propostas



Estabelecimento de parcerias com a rede de saúde e educação para treinamento dos agentes na identificação de ocorrências de violência sexual em menores e incapazes acelerando a identificação e interrupção dos abusos.



Melhoria do planejamento de patrulhamento preventivo nos locais e regiões com maiores ocorrências de violência sexual em locais públicos.

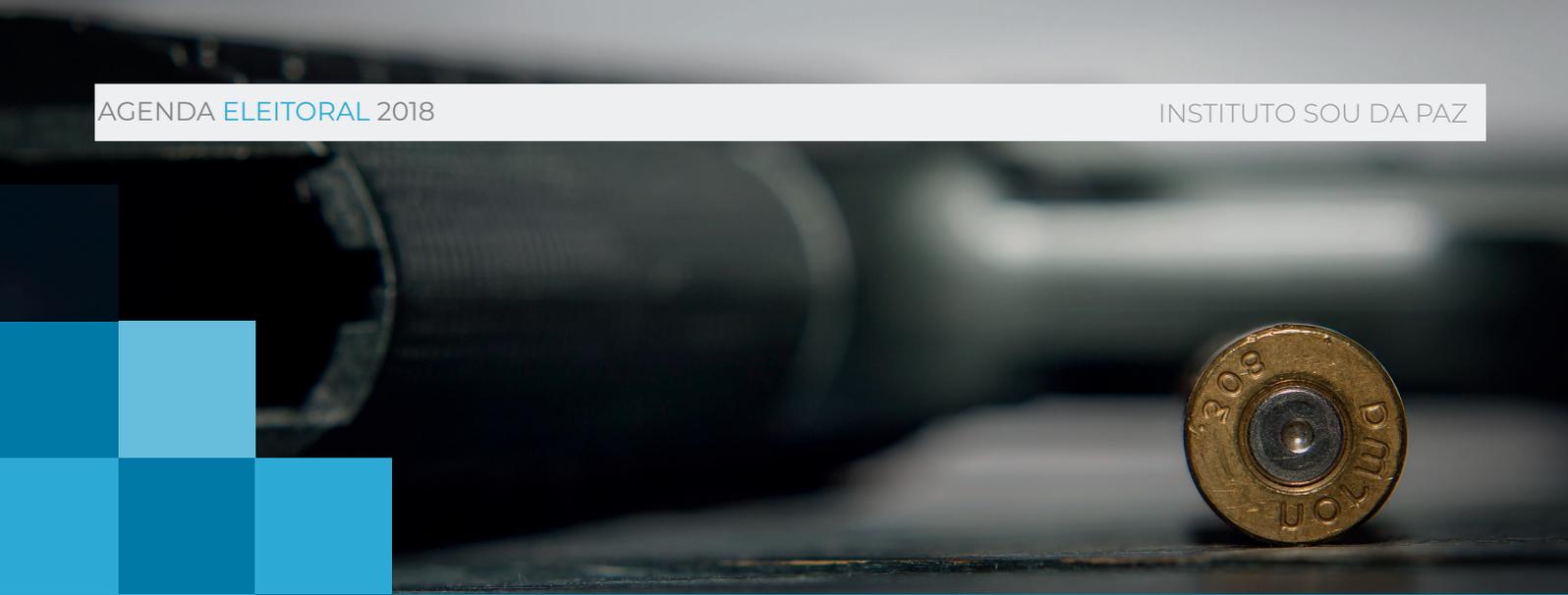


Polícia Civil deve melhorar a capacidade de esclarecimento de casos de estupro, especialmente envolvendo autores desconhecidos da vítima realizando a prisão de autores de modo a prevenir a ocorrências de novos casos.



Estabelecimento de parcerias com Guardas Municipais para a criação de patrulhas Maria da Penha destinadas a visitar vítimas de violência doméstica e fiscalizar o cumprimento de medidas protetivas.

¹¹Em 2017 foram 11.089 ocorrências de estupro no Estado de São Paulo, um aumento de 10,3% comparativamente ao ano anterior. Fonte: SSP-SP.



CONTROLE DE ARMAS E MUNIÇÕES

Apenas no ano de 2016, mais de 2.720 paulistas foram mortos pelo disparo de uma arma de fogo.¹³ Além disso, foram registradas aproximadamente 396 mil ocorrências de roubo por ano no estado, muitas das quais sob a mira de uma arma, casos que impactam diretamente na segurança da população.¹⁴ Existem ainda preocupantes casos de roubos ou desvios de armas custodiadas pelo poder público estadual, como os dois casos de roubos a fóruns em junho de 2017 que devolveram mais de 560 armas à criminalidade.¹⁵ São Paulo é um estado que foi líder na execução do Estatuto do Desarmamento, a partir de uma política de controle de armas que sempre foi considerada prioritária pelos gestores da segurança pública paulista e avaliada como uma das principais razões para a melhoria marcante dos índices de homicídio no estado.

Por outro lado, as apreensões de armas de fogo caíram de 23 mil em 2007 para cerca de 15,5 mil em 2017¹⁶, o que é preocupante.

¹³Fonte DATASUS (CID-10 categorias: X93, X94 e X95)

¹⁴Sou da Paz Analisa: Panorama 2017 <https://goo.gl/Upt4Wf>

¹⁵Notícia disponível em: <https://goo.gl/GddHoy>

¹⁶Sou da Paz Analisa: Panorama 2017 <https://goo.gl/Upt4Wf>

Propostas



Criar delegacia especializada para realização de análise de perfil e rastreamento de armas de fogo e munições apreendidas para a identificação de padrões, e persecução de traficantes de armas e munições reduzindo a disponibilidade desses arsenais, especialmente focando em armas de maior poder de fogo como fuzis e submetralhadoras.



Aumentar a cooperação com autoridades federais (especialmente Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército e Receita Federal) para identificar rotas de tráfico de armas e munições incluindo o desenvolvimento de ações conjuntas nas fronteiras do estado.



Criar um banco estadual de impressões balísticas dotado de software que acelere a realização de confrontos balísticos e melhorar a eficiência das investigações criminais envolvendo armas de fogo.



Racionalizar o fluxo de custódia de armas e munições apreendidas e coordenar com o Poder Judiciário a redução do tempo de custódia destas, reduzindo o custo de sua guarda e o risco de extravios que desperdiçam o trabalho de apreensão e abastecem a criminalidade.



CRIME ORGANIZADO

O crime organizado catalisa atenções no Brasil por sua capacidade de disputar o domínio de rotas internacionais e interestaduais de tráfico de armas e de drogas, além de controlar estabelecimentos prisionais e territórios à margem do poder público, alimentando a corrupção de agentes públicos.

São Paulo é o berço da principal organização criminosa do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que expande seus integrantes para fora de São Paulo, com conexões internacionais. Segundo o Ministério Público, há mais de 10.000 integrantes da facção no estado, além de mais de 20 mil membros em outras Unidades Federativas.¹⁷ Além do domínio que estas facções exercem em unidades prisionais, episódios recentes demonstram tentativas de infiltração destas empresas criminosas nas polícias e na esfera política, o que representa grande ameaça ao poder constituído.¹⁸

¹⁷<https://goo.gl/7E1Dfs>

¹⁸Em 2016 um conselheiro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi preso pela Polícia Civil por receber mesada do PCC (<https://goo.gl/oih4CL>). Em 2017 o prefeito de Embu das Artes foi está sendo investigado pela Polícia Civil e Polícia Federal suspeito de lavar dinheiro para o PCC. (<https://goo.gl/fdN82a>)

Propostas



Aumentar e consolidar a parceria das polícias paulistas e dos Ministério Público Estadual com órgãos de fiscalização do Sistema Financeiro Nacional e com a Receita Federal, Secretarias de Fazenda e Tribunais de Contas para identificar mecanismos de lavagem de dinheiro e outras operações financeiras utilizadas pelo crime organizado.



Aumentar e consolidar a fiscalização em parceria com agências reguladoras e outras unidades federativas sobre atividades econômicas utilizadas por organizações criminosas para camuflar suas atividades, como postos de combustíveis e cooperativas de transporte, por exemplo.

SISTEMA PRISIONAL

Em 2016, São Paulo ultrapassou a marca de 240 mil pessoas aprisionadas.¹⁹ Há quase dois presos por vaga disponível no sistema paulista e o déficit atual é de aproximadamente 108 mil vagas.²⁰ Dos presos, 31% nem foram julgados, apenas 10% tem acesso a atividades educacionais, e 13% estão trabalhando, patamares inferiores à média nacional.²¹

Ao mesmo tempo, evidencia-se o enfraquecimento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas na capital, órgão vinculado à Secretaria de Administração Penitenciária, responsável por gerir as formas alternativas de punição aplicadas aos crimes menos graves. Relatório do Instituto Terra Trabalho e Cidadania²² aponta que diversas centrais têm como principal força de trabalho de estagiários, alguns sem qualquer supervisão técnica. Esta estrutura precária afeta fortemente a qualidade dos serviços e a possibilidade de cumprimento da medida e recuperação das pessoas que cometem crimes.

¹⁹Infopen – junho /2016. Disponível em <https://goo.gl/fVR9a5>

²⁰Ibid

²¹Ibid

²²Relatório “Fora de Foco” disponível em: <https://goo.gl/uf1FPE>

Propostas



Adotar uma política de gestão de vagas no sistema penitenciário que seja racional, eficiente e humana, priorizar a persecução de crimes graves e vincular a criação de novas vagas aos critérios previstos na Lei de Execução Penal.²³



Apoio do Poder Executivo Estadual para ajudar a viabilizar a estruturação de audiências de custódia presenciais em todas as comarcas do estado, inclusive em finais de semana e feriados.



Instalar scanners corporais e bloqueadores de celulares em todos os presídios e centros de detenção de São Paulo.



Aumentar o efetivo de agentes de escolta para viabilização de atendimentos médicos, audiências de custódia, além de liberar efetivo das Polícias Militar e Civil para suas funções mais centrais.



Ampliar significativamente a oferta de trabalho e ensino nas unidades prisionais.



Priorizar e reforçar a estrutura das centrais de alternativas penais do estado a fim de permitir melhores condições de cumprimento de pena e facilitar a reinserção social.



Aumentar o número de tornozeleiras eletrônicas disponíveis, inclusive para réus ainda não julgados, como determina a lei de medidas cautelares²⁴.

²³<https://goo.gl/2iYP9t>

²⁴<https://goo.gl/Fj47jp>

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

1) Sistema Socioeducativo

Dados de 2018 apontam que o número de adolescentes em privação e restrição de liberdade no Brasil aumentou 58% em sete anos.²⁵ Destes adolescentes, mais de 37% estão no estado de São Paulo, que também possui o maior número de unidades de internação do país (146 de um total de 477)²⁶. Para que seja possível a interrupção das dinâmicas infracionais, é fundamental fortalecer o atendimento socioeducativo, de meio aberto e fechado, cumprindo integralmente a lei e garantindo direitos fundamentais como educação, saúde, cultura, lazer e capacitação profissional para adolescentes cuja vulnerabilidade social pede atuação diferenciada.

²⁵Relatório Nacional do SINASE, 2018. Disponível em http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf

²⁶Ibid.

Propostas



Garantir a pronta apuração e responsabilização por abusos envolvendo servidores da instituição.



Assegurar a construção participativa e a efetiva individualização do Plano Individual de Atendimento (PIA) e aprimorar o atendimento psicossocial, oficinas culturais e cursos de educação profissional oferecidos nas unidades da Fundação Casa.



Implantar um programa de acompanhamento opcional aos egressos da medida socioeducativa de internação que auxilie na na readaptação dos jovens às suas comunidades e garanta seu acesso a serviços públicos fundamentais.

2) Educação pública

A escola pública é um espaço central para a prevenção da violência e dos conflitos sociais. Seu espaço de convivência obrigatória e socialização também conferem à escola um potencial educativo único no que se refere à gestão dos conflitos sociais. Tecnologias de mediação de conflitos e práticas restaurativas são extremamente promissoras na gestão de conflitos cotidianos que, se não forem bem manejados, podem se transformar em situações violentas posteriormente.

Propostas



Reestruturar o projeto PMEC (professor mediador) na rede estadual de ensino, por meio de seleção de profissionais adequados ao perfil, da oferta de formação continuada ao profissional no exercício da função e avaliação permanente da iniciativa junto à comunidade escolar.



Reduzir a evasão escolar, incluindo estratégias de busca ativa de jovens e acompanhamento escolar, especialmente para alunos em estado de vulnerabilidade social, em cumprimento de medida socioeducativa ou egresso da Fundação Casa.

3) Cultura, capacitação profissional e empreendedorismo

Quando pensamos nas juventudes encontramos um cenário de pouco acesso aos direitos fundamentais e exercício da cidadania.

Para além da escola, eles demandam e precisam de maior acesso à cultura e esporte, cujos equipamentos públicos precisam ser fortalecidos, principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos.

Outro fator preponderante para superação dos desafios destas juventudes refere-se ao mundo do trabalho, a educação e qualificação profissionalizante e o desenvolvimento do empreendedorismo.

Propostas



Reforçar a identidade dos jovens com seus bairros, oferecer oportunidades e fomentar negócios e comércios locais. Conectar esse jovem ao máximo de oportunidades, também nos bairros onde moram, descentralizando-as e fortalecendo o desenvolvimento das periferias.



Fortalecer as ações nos equipamentos públicos de cultura já existentes, como as Fábricas de Cultura, levando mais atividades e cursos às regiões mais vulneráveis.



Fomentar a qualificação profissional e a oferta de microcrédito, possibilitando que os jovens possam se qualificar, seja para o mercado formal, seja para empreender.



Parcerias com o Sistema S (Senai, Senac, Sesi) para ofertas de vagas, em cursos que atendam o interesse e a capacidade do público-alvo.

CONHEÇA MAIS PROPOSTAS NA VERSÃO COMPLETA DA AGENDA. DISPONÍVEL EM WWW.SOUDAPAZ.ORG



Projeto Gráfico:

Arraibe Comunicação e Design

Capa:

Criada por Iconicbestiary - Freepik.com

Julho / 2018

Realização



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática





Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

www.soudapaz.org